

Darcy Ribeiro, um etnógrafo do Brasil

GISELE JACON DE ARAUJO MOREIRA 
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
gjacon@uol.com.br

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe213239

resumo Darcy Ribeiro, antropólogo e político brasileiro, foi um homem com muitos atributos intelectuais e assumiu posições importantes na política nacional. Publicou seis volumes de estudos antropológicos, com mais de mil páginas, sobre a formação do povo brasileiro no âmbito das configurações histórico-culturais das Américas e das nações mundiais. Este artigo passeia pelos registros etnográficos dos primeiros anos de vida profissional de Darcy como etnólogo da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios entre 1947 e 1957. Propõe que a originalidade de sua interpretação sobre a formação do povo brasileiro deriva do conhecimento que adquiriu nos anos de vivência e estudo entre os índios e os efeitos do contato violento daqueles povos com as frentes de expansão da civilização. Conclui destacando a importância do seu romance *Maíra* na literatura e na antropologia brasileiras da segunda metade do Século XX, como um registro crítico e irônico da ciência etnográfica pura e imparcial com relação ao drama indígena na modernidade.

palavras-chave Darcy Ribeiro; Antropologia brasileira, Povos indígenas, Kadiwéu, Urubu-Kaapor.

abstract Darcy Ribeiro, a Brazilian anthropologist and politician, was a man with many intellectual attributes and held important positions in national politics. He published six volumes of anthropological studies, comprising over a thousand pages, on the formation of the Brazilian people within the historical-cultural contexts of the Americas and the nations worldwide. This article explores the ethnographic records of Darcy's early professional life as an ethnologist in the Studies Section of the Indian Protection Service between 1947 and 1957. It suggests that the originality of his interpretation of the formation of the Brazilian people stems from the knowledge he acquired during his years of experience and study among indigenous peoples and the effects of the violent contact between those peoples and the fronts of civilization expansion. It concludes by emphasizing the importance of his novel "*Maíra*" in Brazilian literature and anthropology in the second half of the 20th century, as a critical and ironic account of pure and impartial ethnographic science regarding the indigenous drama in modernity.

keywords Darcy Ribeiro; Brazilian Anthropology, Ethnography, Acculturation, Indigenous Peoples, Kadiwéu, Urubu-Kaapor.

Darcy Ribeiro, a Brazilian ethnographer

O homem e suas causas

Darcy Ribeiro não veio ao mundo a passeio, definitivamente. Aquela ideia de que a vida é o que acontece enquanto fazemos outros planos, não se aplicaria à sua história pública ou privada. Durante todo o período em que trabalhei com ele, entre 1991 e 1997, pude compreender seu entusiasmo cotidiano com a vida e aprender que derivava do compromisso com as principais causas do povo brasileiro, certo que estava da nossa



e213239

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe213239>

capacidade de construir um destino autônomo e mais justo para o país. Aquele homem vivia seus planos, tinha propósito.

Em permanente diálogo com seu Migo, aquele mineiro de Montes Claros curiosamente ganhou o mundo perguntando-se “quem sou eu”, “quem somos nós”. Acabou se encontrando projetado no povo brasileiro e por ele mesmo multiplicado ao longo da sua vida profissional. Espelhou-se em seus mestres, herdeiro de pensadores e intelectuais brasileiros que se esforçaram por nos compreender, sem curvar-se às doutrinas teóricas norte-americanas e francesas que vicejaram naquela primeira geração de cientistas sociais brasileiros com formação acadêmica no Brasil na década de 1940. É assim que aparecem nas suas obras repetidas referências aos precursores da antropologia e da etnologia brasileiros como Roquette Pinto, o alemão abraçado pelos índios Curt Nimuendajú, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Manuel Bomfim, Josué de Castro e o historiador “antropologizado” Capistrano de Abreu. Como dizia o educador Anísio Teixeira, Darcy foi “a inteligência do Terceiro Mundo mais autônoma de que tenho conhecimento. Nunca lhe senti nada da clássica subordinação mental de desenvolvimento” (RIBEIRO, 1996: contracapa).

Engajado politicamente no Partido Comunista desde jovem estudante em Belo Horizonte no final de 1930, foi sempre um homem de partido, movido por razões éticas. Não se furtou a atender compromissos e encargos políticos importantes na história do país.

Foi político admirador do trabalhismo e do nacionalismo Getulista, defensor da escola pública com Anísio Teixeira e das reformas de base de Jango, como Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil de seu governo. Fez-se pensador latino-americano no exílio, partidário do socialismo de Salvador Allende no Chile, da revolução nacionalista do peruano Velasco Alvarado e do desenvolvimento autônomo de nossos povos. De regresso ao Brasil, em 1976, retomou seus compromissos políticos ao assumir um amplo programa de educação defendido pelo companheiro Leonel Brizola no Rio de Janeiro, coordenando a criação de 500 escolas de tempo integral em dois governos, o primeiro entre 1983 e 1986, o segundo entre 1991 e 1994. Eleito pelo Rio de Janeiro, concluiu sua vida cumprindo mandato de Senador da República entre 1991 e sua morte, em fevereiro de 1997.

Na visão de Darcy Ribeiro, as elites nacionais e o Estado brasileiro jamais representaram ou defenderam os interesses gerais da sociedade porque resultantes da continuidade de uma estrutura político-burocrática colonial escravista, que atendeu sempre os interesses externos da metrópole, alheia às necessidades da grande maioria do povo brasileiro que se constituía na mestiçagem, como fazimento imprevisto ou resultado colateral do plano colonial. A perspectiva de que somos um povo jovem, ainda “em ser”, garantia um entusiasmo redobrado ao político e intelectual no propósito de construção do povo que queremos e havemos de ser.

Os compromissos políticos que Darcy Ribeiro assumiu ao longo da vida não perturbaram a produção intelectual que o pesquisador e antropólogo iniciou no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Ministério da Educação e Cultura, ainda em 1957, quando foi nomeado diretor da Divisão de Estudos Sociais. Coordenou ali um amplo programa de pesquisas socioantropológicas e educacionais em comunidades brasileiras representativas da vida provinciana e urbana nas principais regiões do país. Iniciava seus estudos para entender as causas do atraso brasileiro, elaborando nos anos

seguintes importante obra acadêmica com mais de 1000 páginas, publicada em uma série de seis volumes intitulados: “Estudos de Antropologia da Civilização”. São eles: O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural (1968); As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos (1970); Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno (1970); O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes (1971); Os brasileiros: teoria do Brasil (1972); O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil, concluído apenas em 1995.

O saber pelos índios

É preciso reconhecer, entretanto, que aquele político comprometido com as causas do povo brasileiro e intelectual profícuo nos estudos sobre nossa formação histórica e cultural esteve sempre marcado indelevelmente pela convivência com os índios e o aprendizado daquele período inicial de sua vida profissional. Dez anos, entre 1947 e 1957, dedicados a missões indigenistas, ao lado do Marechal Rondon.

Havia se formado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1946, onde aprendera a ciência e a metodologia da antropologia cultural aplicada, driblando a erudição vadia que vivenciara na Faculdade de Filosofia em Belo Horizonte nos dois anos anteriores. Encantou-se com a etnologia do professor Herbert Baldus, um poeta prussiano apaixonado pelos índios brasileiros. Dele herdou seu “ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil” (RIBEIRO, 1997: 126). E por ele foi introduzido no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1947, como um jovem etnólogo. Aos 25 anos, teve início sua carreira como indigenista, à qual se dedicou por dez anos, realizando trabalhos de campo por todo o Brasil e se tornando legatário do discurso e da honra rondonianos para salvar os índios.

Naqueles anos de intenso convívio com os índios, Darcy aprendeu a ler gente, registrando sua existência solidária, sua enorme capacidade de adaptação ao meio ambiente e as transformações que os contextos violentos de dominação e mudanças profundas causam nas sociedades indígenas e na constituição cultural do homem. Foi aquela formação inicial com a etnografia dos povos indígenas, que permitiu a Darcy inventar-se como um estudioso das brasilidades.

Esteve por longos períodos entre os índios Kadiwéu – remanescentes dos índios cavaleiros de língua Guaicuru -, no estado de Mato Grosso do Sul, e entre os Kaapor, que habitavam uma área de floresta Amazônica no rio Gurupi entre os estados do Maranhão e do Pará - e que Darcy acreditava serem descendentes dos antigos Tupinambá que habitavam a costa brasileira no início da conquista. Também realizou estudos etnológicos entre tribos do alto Xingu, no Brasil Central, entre os Karajá da Ilha do Bananal em Tocantins e, nos estados do Paraná e Santa Catarina, com os Kaingang e Xokleng.

No SPI, Darcy dirigiu a Seção de Estudos e criou o Museu do Índio no Rio de Janeiro, em 1953. Em 1954, elaborou o plano de criação do Parque Indígena do Xingu, no Brasil Central, em colaboração com os irmãos Orlando e Cláudio Villas-Bôas, e em 1955, organizou e dirigiu o primeiro curso de pós-graduação em Antropologia Cultural no Brasil, no Museu do Índio, para formação de pesquisadores. Em 1955, o antropólogo

assumiu também a cadeira de Etnografia Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Como etnólogo, realizou estudos estupendos, reconhecidos nacional e internacionalmente. Recorreu a todos os recursos mais modernos da etnografia, apesar das limitações tecnológicas da época, a escrita e os desenhos nos cadernos de campo, registros fotográficos, fílmicos e sonoros, além da cultura material com a coleta de utensílios e da arte indígena. Promoveu um amplo e diversificado acervo documental, bibliográfico, audiovisual, linguístico e material da história e culturas indígenas no Museu do Índio. Seus cadernos de campo demonstram esmero na coleta de dados etnográficos - desde a mitologia, as estruturas de parentesco até a forma de subsistência - a que se somava uma enorme capacidade de interpretação de diferentes formas de humanidade.

Etnografia dos Kadiwéu e dos Urubu-Kaapor, entendendo a cosmogonia do contato

O primeiro estudo de Darcy publicado em livro foi sobre a “Religião e mitologia Kadiwéu”, em 1950, pelo qual recebeu o prêmio Fábio Prado de Ensaio, o mais importante na época, ganhando grande repercussão no Brasil por meio de entrevistas publicadas nos jornais.

Em lugar de tratar os mitos como documentos do passado, como reminiscências de outras eras e da mentalidade primitiva, no meu estudo tratei os mitos como documentos vivos, mostrando que o mito necessariamente muda. Ele só pode permanecer vivo quando muda para ter a capacidade de explicar as novas experiências do grupo. Se a experiência é totalmente diferente, o mito tem que se alterar para continuar significativo. Por exemplo, como não falar do mundo dos brancos? Como não falar que os brancos têm instrumentos de ferro e têm espingardas? Por que a divindade tratou tão mal o seu povo preferido? Tudo isso tem que se refletir na mitologia.” (RIBEIRO, 1997: 177-178)

Como resultado das pesquisas etnográficas realizadas entre os índios Kadiwéu entre 1947 e 1948, produziu, também, um estudo sobre o “Sistema Familiar Kadiwéu” (1948) e outro sobre “Arte Kadiwéu” (1950). Anos depois, publica - em belíssima edição - o livro Kadiwéu: Ensaio etnológico sobre o saber, o azar e a beleza (RIBEIRO, 1979), no qual reúne os estudos sobre aqueles índios, com os quais iniciou seu trabalho etnológico.

Nos anos seguintes, entre 1949 e 1951, realizou duas expedições de campo com duração de seis meses cada, para estudar os índios Urubu-Kaapor na orla oriental da Floresta Amazônica, no Maranhão. Na primeira viagem, que demorou mais de um mês de traslado até alcançar as aldeias Kaapor, foi acompanhado por uma equipe multidisciplinar, incluindo o linguista Max Boudin e o cinegrafista Heinz Foerthmann. Como resultado da viagem, foram feitos registros fílmicos para um documentário sobre “Um dia de vida numa tribo da Floresta Tropical” editado muitos anos depois por Darcy Ribeiro.

O texto que escreveu e publicou em 1957, “Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio que saiu à procura de Deus”, sobre o índio Kaapor que

abandonara sua aldeia em 1939, no Maranhão, e se matara no rio Pindaré após meses de perambulação, reinterpreta os fatos narrados até então. Tanto os registros do SPI como a mitologia da época haviam criado um personagem indígena que partira de sua tribo como emissário de paz, mas que foi tratado com brutalidade e violência pelos brancos. A interpretação de Darcy sobre o caso é fruto da documentação da época, das leituras que fizera sobre messianismo e estudos antropológicos dos efeitos dissociativos da expansão ocidental sobre a vida tribal

No texto, ele identifica os estados de espírito de Uirá, um líder de aldeia e chefe de família, após uma epidemia de gripe arrasar sua aldeia e matar um de seus filhos que se fazia rapaz. As desventuras e infortúnios pessoais de Uirá não resultaram em um levante messiânico daquele líder, engajando todo o grupo, mas em manifestações individuais de “cólera”, de “raiva” que depois de transformam em desengano, em tristeza, durante longo período de isolamento. E assim, o etnólogo descreve esses estados de espírito próprios daquela tribo, “inãron”, “apiay”, conforme narração da viúva e dos filhos, que visitou em 1951 na Vila de São Pedro, onde Uirá se matara.

A partir dos relatos que colheu, Darcy informa que Uirá ainda buscava vencer seu estado de “apiay” aliciando alguns Urubu em uma empreitada de vingança contra os índios Guajá, seus inimigos, em uma típica reação tribal de transferência de tensões na busca de compensação emocional do grupo guerreiro. Mas essa experiência, alardeada nas aldeias, com exibição das cicatrizes que honraram o combatente, não consolou ou restituiu o gosto de viver de Uirá após a morte do filho. Finalmente, Uirá resolveu partir em uma última empreitada, aquela que, na tradição mítica tribal, é realizada pelos heróis que procuraram / buscaram Maíra, o criador, ainda vivos.

O texto explora, a partir de então, as versões míticas sobre Maíra, o deus criador, na cosmogonia Urubu. Resulta dessa análise a versão de Uirá em busca de Deus, em busca de Maíra, com a mulher e os filhos, todo ornado com plumárias e pintura vermelha e preta do urucu e jenipapo, com suas armas, o arco e flecha, e um paneiro de farinha, em sua peregrinação cheia de provações e humilhações. Estava paramentado para reconhecimento de sua gente, de sua origem civilizatória como Kaapor, comedores de farinha, pelo deus Maíra.

Figuremos Uirá, magnífico em seus adornos, o corpo pintado, à imagem do herói mítico, armas à mão, a tensão de quem enfrenta a mais terrível provação expressa no rosto, nos gestos. Assim devia parecer à mulher e aos filhos, aos olhos de sua gente. Para os sertanejos maranhenses com quem iria deparar, porém, era tão somente um índio nu e armado, nu e furioso. (Ribeiro, 1976: 25).

A metodologia adotada por Darcy permitiu interpretar, ao mesmo tempo, aspectos estruturais das sociedades indígenas e aspectos histórico-culturais, revelando o desenraizamento particular daquele índio como resultado das profundas transformações que o convívio com os brancos ocasiona. O conhecimento detalhado sobre os Kaapor após a longa experiência etnográfica entre aqueles índios, permitiu sua reinterpretação do caso, com maior realismo, ainda que marcada pela mitologia do índio Uirá.

Ainda como resultado de seus estudos etnográficos entre os Kaapor – que significa “moradores da mata”, registrou nos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo em 1954, o texto “Os índios Urubu: Ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo da Floresta Tropical”, reproduzido em 1962 no Boletim Geográfico (RIBEIRO, 1976).

Quando Darcy os visitou, os Urubu-Kaapor contavam com cerca de 25 anos de convívio pacífico com civilizados, que lhes custara mais da metade da população vitimada por doenças. Ele mesmo presenciou os efeitos de uma epidemia de sarampo na aldeia de Piahú em 1949, e denuncia em seu diário:

É um crime que o SPI, depois de vinte anos de pacificação, não tenha feito vacinar esses índios contra doenças tão comuns, de imunização tão fácil e barata e tão terrivelmente fatais para eles. (...) Amanhã seguirá para São José do Gurupi um casco levando telegramas nossos e dos encarregados aos diretores do SPI, comunicando a epidemia de sarampo, a ameaça mortal que representa e pedindo socorro. (Ribeiro, 1996: 81)

A implosão de conceitos

Os diários das expedições de Darcy entre os Kaapor, publicados na íntegra muitos anos depois, em 1996, sob o título Diários Índios: os Urubus-Kaapor, são não apenas muito ricos nos registros etnográficos detalhados sobre aqueles índios mas também sobre as dificuldades e dilemas éticos que Darcy enfrentava como etnólogo e funcionário do SPI.

Naqueles cadernos de campo já aparecem registrados os principais temas da teoria antropológica posterior do autor sobre as relações de contato entre índios e civilizados, a integração sem assimilação, que resultariam na formulação do conceito de “transfiguração étnica”, conforme apresentado no livro Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno, de 1968. Também resta registrado o embrião de seus estudos de antropologia da civilização e de sua interpretação para a formação do povo brasileiro.

Referindo-se ocasionalmente à situação de outros índios, registra nos cadernos de campo de sua segunda expedição às aldeias Kaapor, em 1951:

O certo é que os Tenetehara não estão se integrando na sociedade rural do Maranhão, não estão se dissolvendo nela como quer Galvão. São, hoje, diferentes do que eram ontem e mais parecidos com os caboclos que então, mas são sempre Tenetehara nas motivações, nas atitudes e nas formas mais profundas de pensar, agir e de sentir. Como, então, se processou o caldeamento dos primeiros séculos? Como se formou a sociedade brasileira que aí está, composta de mestiços, de brancos, negros e índios? Sobretudo, como se formou a população cabocla toda mestiçada de índios da Amazônia? (RIBEIRO, 1996: 312-313)

Sobre o tema da assimilação, cabe destacar a pesquisa que ele empreendeu sob demanda da Unesco em seus primórdios. Em 1952, recém-inaugurada, após duas guerras

mundiais e com a utopia da paz mundial e de uma cultura universal, a Unesco encomendou um mapeamento da diversidade cultural e organizou estudos da vida social de diferentes povos ao redor do mundo. O objetivo era combater e eliminar o preconceito racial através de campanhas educativas que fornecessem exemplos de convivência pacífica, de reconhecimento social e assimilação da diferença. Um dos países escolhidos para a realização deste projeto foi o Brasil, por configurar um exemplo da livre mestiçagem entre índios, negros e brancos.

Darcy Ribeiro foi um dos intelectuais encarregados do estudo das relações raciais e inter-raciais no Brasil, junto com Charles Wagley, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Luiz Aguiar Costa Pinto e outros. Em seu livro de memórias, *Confissões*, ele lembra que nenhum dos cinco estudos encomendados pela Unesco confirmou a livre mestiçagem de índios, negros e brancos propalada por nossa suposta “democracia racial” (RIBEIRO, 1997: 190-191). Ao contrário, as conclusões mostraram a brutalidade da dominação, discriminação e dos preconceitos a que estavam submetidos negros e mulatos. No caso dos índios, estudo sob a sua responsabilidade, a conclusão foi igualmente decepcionante para os propósitos da Unesco. Evidenciava que os índios não foram livremente assimilados na sociedade brasileira, permaneceram identificados como índios ou foram exterminados através de várias formas de coação biótica, ecológica, econômica e cultural. Os estudos indicavam, portanto, que os processos de integração livre e espontânea, através da assimilação por uma cultura dominante, não operavam desta forma na realidade:

[...] nenhuma tribo indígena foi assimilada em tempo algum. É falsa a tese básica da historiografia brasileira, reiterada por todos, segundo a qual os índios ao se aculturarem amadurecem para a civilização convertendo-se progressivamente as aldeias em vilas e cidades, os selvagens em civilizados, os índios em ‘brasileiros’. (...) Foi na pesquisa de campo e no estudo teórico dos problemas que se apresentam no universo das relações de índios e brancos que libertei minha antropologia do formalismo estruturalista das análises sociológicas, bem como da estreiteza funcionalista da etnografia e, sobretudo, da esterilidade dos estudos de aculturação. (RIBEIRO, 2009: 44-45)

Aos poucos, em sua obra, o etnólogo experimenta o poder de sua interpretação antropológica das gentes e reconhece novas aplicações para a etnografia que não aquela dos estudos etnológicos clássicos e cientificamente infecundos:

“Capacitei-me do alto valor explicativo que podem ter os estudos que focalizam os índios, não como amostras de uma humanidade prístina, mas como gente humana adaptando-se penosamente aos novos tempos para sobreviver tal qual é ou era.” (RIBEIRO, 2009: 42)

É exemplificativo do estudo de Darcy para a Unesco, a pesquisa que realizou entre os Ofaié-Xavante do sul do Mato Grosso em 1948, cujo resultado publicou em 1951 sob o título “Notícia dos Ofaié-Chavante”. Darcy encontra ali, em dois ranchos à margem

esquerda do ribeirão Samambaia, um grupo de remanescentes Ofaié de apenas 10 pessoas de duas famílias cujos chefes eram irmãos. Dentre eles, apenas os chefes e suas mulheres viveram em aldeias Ofaié, os filhos já haviam crescido em fazendas que ocuparam o antigo território tribal. Ainda assim, conservaram o sentimento de solidariedade tribal, falavam a língua e se identificavam como Ofaié, em oposição aos vizinhos brasileiros, paraguaios e Kaiwá:

Embora tão poucos e mergulhados na massa crescente de elementos estranhos e hostis, conservam este sentimento de unidade tribal e, estamos certos de que, com o último deles viverá ainda um Ofaié – sem qualquer possibilidade de exercer os padrões de comportamento tribal, mas cheio de nostalgia pelo destino da tribo e de muda revolta contra os invasores que a destruíram. (RIBEIRO, 1976:87)

Darcy mergulha então na contextualização daquele povo, reconstrói a etnohistória Ofaié com dados de primeira mão, como os relatos da pacificação deles por Rondon em 1903 e de Curt Nimuendajú, que estivera entre eles no início do Século XX, e de segunda mão, como as sistematizações de Herbert Baldus do conhecimento sobre a etnia até 1947. Revela as tradições orais dos moradores de Campos da Vacaria sobre os conflitos entre os criadores de gado que povoaram a região e os Ofaié no Século XIX, histórias de chacinas e de violência de que foram vítimas. Reconstrói, finalmente, a memória oral dos chefes de família remanescentes com o quais conviveu por quatro semanas, complementando com os dados etnográficos, de usos e costumes e da mitologia Ofaié. Ilustra todo o estudo com o cuidado de um etnólogo que arremata a pesquisa transcrevendo pauta e notações musicais de cantos Ofaié entoados pelas mulheres durante uma apresentação de dança. Enfim, um levantamento etnográfico precioso e profundo, para concluir um derradeiro registro daquela etnia que atingia seu nadir populacional, à beira da extinção étnica, mas sem perder a unicidade e identificação de sua gente. Anos mais tarde, tal qual muitos outros povos indígenas do Brasil, os Ofaié reexistiram no município de Brasilândia, misturados com os Guarani e os Kaiowá e não-índios.

Maíra e a invenção de Darcy

Em meados do Século XX, o avanço das fronteiras da civilização para oeste agravou o contexto de extinção de etnias pelo efeito do contato permanente com a sociedade nacional. Darcy Ribeiro tinha plena consciência da situação que vivenciara em diferentes trabalhos de campo e, com vistas a assegurar proteção às populações indígenas, buscou politizar o conceito de “aculturação”, que estava na pauta dos estudos antropológicos de então, porque naturalizava o etnocídio dos povos indígenas. Propôs uma nova forma de categorizar as situações de contato, identificando diferentes graus de integração das populações indígenas na sociedade nacional, com o objetivo de aplicar políticas de proteção mais afeitas aos interesses daqueles povos. Dessa discussão antropológica crítica, nasce uma antropologia darcyniana e seu conceito de “transfiguração étnica”, que tenta explicar o complexo processo de formação e transformação das etnias e

das culturas, “através do qual os índios desaparecem ou sobrevivem e as sociedades nacionais se conformam e se transformam”. (RIBEIRO, 2009: 45)

Inicia-se a partir de então, uma outra etapa na obra antropológica de Darcy Ribeiro, em que ele descreve uma extensa etnografia do povo brasileiro e a interpreta no conjunto da configuração histórico-cultural das nações mundiais. Acabou “inventando” o Brasil que nos explica e as bases de um povo que queremos ser, o Brasil que há de ser, mais justo, mais igualitário, mais moreno, mais feliz, uma nova Roma! Nosso futuro está marcado pelo passado colonial, pelo etnocídio de povos indígenas, pela escravidão dos negros africanos, e nosso desafio tem sido o de “reinventar o humano, criando um novo gênero de gentes, diferentes de quantas haja”. (RIBEIRO, 2022: 331)

Somos povos novos [os latino-americanos] ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante. Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso autossustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. (...) Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra. (RIBEIRO, 2022: 332)

Para finalizar essa defesa da originalidade teórica de Darcy Ribeiro como derivada dos anos de vivência e estudo entre os índios do Brasil, é preciso mencionar que sua melhor etnografia está traduzida no romance *Maíra*. Nesta obra, encarna simultaneamente os papéis de etnólogo e de escritor, misturando história e ficção e diferentes recursos narrativos, como em um diário de campo onde são reproduzidos documentos oficiais, cartas, depoimentos orais e mitos de diferentes fontes.

Em um ensaio que foi incluído na fortuna crítica da publicação comemorativa dos 20 anos da obra em 1996, a crítica literária e cultural Ellen Spielmann elenca algumas razões para o antropólogo escrever aquele livro como romance de ficção.

Uma explicação possível é a percepção de que o saber etnográfico está muito mais próximo do saber ficcional – mais ainda: que a ficção enquanto forma de conhecimento e do método está mais perto da “realidade” do que a escrita documental. (...) A novidade, o passo decisivo é o seguinte: em *Maíra*, Darcy ultrapassa a fronteira entre literatura e etnografia, entre romance e texto etnográfico. Gostaria de chamar esta invenção de etnotexto. De especial interesse, em *Maíra*, me parece ser a coincidência do momento etnográfico com a época em que o livro foi escrito. (...) O romance de Darcy vai além da denúncia e da revelação

ético-sociológicas ao apresentar a antropologia em sua rigorosa separação dos objetos de análise e a ciência em sua divisão esquemática entre vida e literatura. Ele resolve ser antropólogo/escritor e narrar de forma nova a História (as histórias) das transições entre o “estar aqui” e “estar lá”, entre o “perguntador” e o “perguntado”, no âmbito de contra-ensaios etnotextuais. (SPIELMANN, 1996: 423)

Diz ela, em sua análise, que o livro encontra uma forma inventiva de criar um etnotexto, burlando a divisão estática entre ciência literária e a etnografia, sem ignorar dinâmicas culturais, como o reconhecimento da existência do “índio moderno”, nosso contemporâneo – e não de um índio idealizado, com uma visão “mítica” e “selvagem” do mundo.

Também considera que a obra ficcional foi uma reação do autor à etnografia como ciência empírica neutra e isenta a partir dos anos de 1960 e dos movimentos de descolonização na África. Além disso, com o livro, ele “bagunça” posições da Antropologia dos anos 70 que insistia nos conceitos culturais da descoberta do “Outro”, os índios, com a pretensão de representá-los e reduzir suas múltiplas significações a uma única voz. Em Maíra, o narrador, em contraste é um “nós”, “mesmo quando é um ‘eu’ quem conduz a narrativa”. (SPIELMANN, 1996: 424) Darcy cria uma narrativa que implode o mito ocidental da história e da cultura universal e ironiza a presunção do conhecimento científico e civilizatório dos brancos sobre diferentes culturas.

Maíra não marcou apenas a literatura, mas, em especial, a antropologia brasileira da segunda metade do Século XX, questionando definitivamente a ciência etnográfica pura e imparcial com relação ao drama indígena na modernidade.

É preciso reconhecer que, se Darcy não tivesse existido, precisaríamos inventá-lo como arauto da brasilidade. Menos sarcástico e cômico do que o Macunaíma de Mario de Andrade e muito distante do lirismo indianista, inventou-se como o melhor intérprete original e verossímil do Brasil e da brasilidade. É uma pena que ainda não seja assim reconhecido!

Referências Bibliográficas

- RIBEIRO, Darcy. “Sistema Familiar Kadiwéu”. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. II. São Paulo, 1948.
- RIBEIRO, Darcy. *Religião e Mitologia Kadiwéu*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1950.
- RIBEIRO, Darcy. “Notícia dos Ofaié-Chavante”. *Revista do Museu Paulista*. Nova Série, vol. V. São Paulo, 1951.
- RIBEIRO, Darcy. “Arte Kadiwéu”. *Separata da Revista Cultura para a Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação, 8/VII, 1952: 147-190.
- RIBEIRO, Darcy. “Os índios Urubu: Ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo da Floresta Tropical”, *Boletim Geográfico*, vol. XX, nº 169: Janeiro, 1962.
- RIBEIRO, Darcy. *Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu*: Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *Maíra*: um romance dos índios da Amazônia. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios*: os Urubus-Kaapor. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2022.
- SPIELMANN, Ellen. “O antropólogo como escritor”, ensaio incluído na Fortuna Crítica da edição comemorativa dos 20 anos do romance *Maíra*. In: Ribeiro, Darcy. *Maíra*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

sobre a autora

Gisele Jacon de Araujo

Graduada em Ciências Sociais, com especialização em Antropologia Social e Ciência Política. Foi assessora técnica de Darcy Ribeiro durante seu mandato como Senador, entre os anos de 1991 e 1997. Atuou na edição e revisão das obras de Darcy Ribeiro e organizou as primeiras atividades institucionais da Fundação Darcy Ribeiro. Atualmente, é consultora para projetos culturais e socioambientais.

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Não houve financiamento.

Recebido em 05/06/2023.

Aprovado para publicação em 16/06/2023.